

## NEGÓCIOS INICIATIVAS Prémio Excellens Oeconomia

**LUÍS AMADO CHAIRMAN DO BANIF**

# “PS, PSD, CDS-PP deviam acordar programa ambicioso de atracção de capital externo”

Para Luís Amado a solução para os problemas económicos e sociais passa pela capacidade de o país atrair investimento directo estrangeiro sem o qual não se combate o desemprego nem se consegue a gestão sustentada da dívida.

**FILIPE S. FERNANDES**

“O país tem limitações de capital muito preocupantes. A dívida do Estado e sobretudo a dívida das empresas condicionará por muitos anos os níveis de investimento com capitais próprios. Sem capital do exterior não vamos lá. Toda a gente sabe isso!” diz Luís Amado, presidente da administração (“chairman”) do Banif, quando o interrogam sobre a proveniência de capitais de Angola ou da Guiné Equatorial, que pode vir a entrar no capital do Banif. Em Fevereiro deste ano, a assinatura de um memorando entre o Banif e o governo da Guiné Equatorial, visando a colaboração entre as partes no sector bancário e a eventual entrada de uma empresa daquele país africano no capital do banco levantou polémica. Na altura, Luís Amado explicou que “um movimento desses não era feito sem o acompanhamento por parte do banco central e por parte do Governo”.

Mas a entrada de capitais e a sustentabilidade da dívida são as grandes preocupações. Luís Amado reitera que “o país precisa urgentemente de atrair investimento directo estrangeiro sem o qual, não teremos níveis de crescimento económico que permitam reduzir o desemprego e, simultaneamente, garantir a

sustentabilidade da dívida” refere o economista, que foi ministro dos Negócios Estrangeiros entre Julho de 2006 e Junho de 2011. Luís Amado também tem defendido acordos de governo mais amplos, sobretudo entre o denominado arco da governação que engloba CDS-PP, PSD e PS, como forma de fazer face à crise económica e financeira que Portugal está a atravessar.

**Se tivesse um investidor estrangeiro que mostrasse interesse em investir em Portugal e lhe pedisse conselhos quais eram os riscos que enumerava? E as vantagens e oportunidades?**

O risco político ainda existe. A estabilidade governativa no médio prazo só será clarificada depois das próximas eleições. Temos as vantagens de uma economia que está, pouco a pouco, a reajustar-se às novas condições de financiamento que

a crise do euro nos impôs. Em alguns sectores o país é competitivo como se tem visto pelo comportamento dos sectores exportadores. Existe por outro lado, uma reserva de mão-de-obra qualificada que representa também uma vantagem. Depois há sempre as oportunidades decorrentes da integração europeia e do grande mercado interno e da progressiva diversificação das relações do país, nomeadamente com África e América Latina.

**O que é que Portugal deveria fazer para atrair mais investimento estrangeiro produtivo?**

O país precisa urgentemente de atrair investimento directo estrangeiro sem o qual não teremos níveis de crescimento económico que permitam reduzir o desemprego e, simultaneamente, garantir a sustentabilidade da dívida. A prioridade dos partidos de governo em Portu-

gal devia ser, a de se entenderem sobre um programa ambicioso de atracção de capital externo que incluía, necessariamente, a desburocratização da administração pública, um regime de competitividade fiscal agressivo e uma justiça mais célere.

**Há quem considere que o investimento estrangeiro de países como Angola, a Guiné Equatorial, por exemplo, não traz nenhum “apport” à economia portuguesa. O que é que pensa?**

Traz o que mais falta... capital. O país tem limitações de capital muito preocupantes. A dívida do estado e sobretudo a dívida das empresas condicionará por muitos anos os níveis de investimento com capitais próprios. Sem capital do exterior não vamos lá. Toda a gente sabe isso.

**A diplomacia é importante para conquistar novos mercados. Que balanço faz da diplomacia económica actual?**

Tem-se feito um esforço considerável nos últimos anos nesse domínio. O problema económico é o principal problema e é nele que o país se deve concentrar se quiser garantir a liberdade e o futuro bem-estar das novas gerações. O que não significa que o país despreze a atenção política que deve dar aos problemas europeus e internacionais e que exigem uma acção diplomática mais consistente e acutilante.

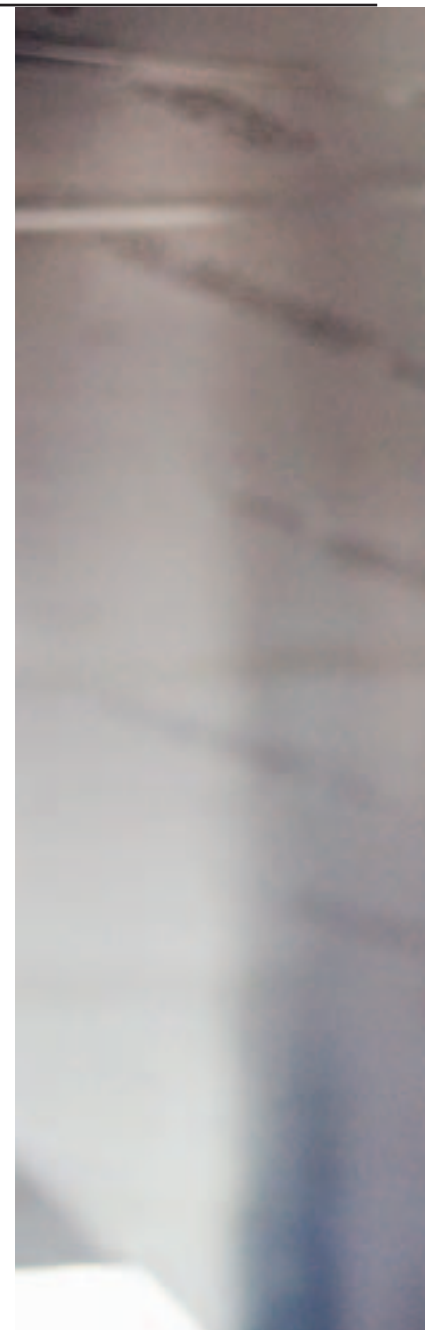
**Quais são os principais riscos e ameaças em termos internacionais para a economia portuguesa?**

Existe ainda uma relativa instabilidade nos mercados financeiros que pode alterar rapidamente as condições de financiamento do país. A dívida pública está próxima do limiar de sustentabilidade. Por outro lado, a situação da zona euro ainda não está totalmente resolvida. A dívida da Grécia vai provocar ainda algum sobressalto nos mercados e a situação em França pode agravar tensões que podem aumentar a volatilidade dos mercados. Existem ainda outras frentes de tensão geopolítica que pode pôr em causa a recuperação da economia europeia e mundial.

**O que é que Portugal tem de fazer para tirar o máximo de vantagens para o grande mercado EUA-Europa?**

Portugal deve dar prioridade a esta negociação, tentar acompanhá-la por dentro e procurar planear e antecipar a adaptação da nossa economia a esta nova realidade. É preciso ter algumas equipas a estudar bem os dossiês da negociação. É do interesse estratégico do país que as negociações tenham êxito e que um acordo seja alcançado. ■

**“O país precisa urgentemente de atrair investimento directo estrangeiro sem o qual não teremos níveis de crescimento económico que permitam reduzir o desemprego.”**



Uma iniciativa do Negócios em parceria com a PwC



Sofia A. Henriques



Luís Amado: “As empresas devem estar no centro das preocupações dos programas de governo”.

## Um político que trabalha a pedra

Luís Amado, 60 anos, natural de Porto de Mós, casado, dois filhos, é presidente do Banif desde 22 de Março de 2012. Licenciou-se em Economia pelo actual ISEG da Universidade de Lisboa, foi visiting professor na Universidade de Georgetown, técnico superior e auditor da secção regional da Madeira do Tribunal de Contas e consultor de empresas. É militante do Partido Socialista, foi deputado, foi secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e secretário de Estado Adjunto da Administração Interna. Em Março de 2005 chegou a ministro da Defesa do primeiro de José Sócrates tendo em Julho de 2006 assumido a pasta dos Negócios Estrangeiros que manteve até Junho de 2011, data que marca o fim do segundo governo de José Sócrates. Tem como “hobby” a escultura em pedra e, nos anos 80, chegou a ser sócio de uma galeria de arte no Funchal.

# Euro exige cultura de gestão e de organização no Estado e na sociedade

Para Luís Amado, a crónica dependência do Estado de grande parte da sociedade portuguesa atingiu os seus limites por isso “as empresas devem estar no centro das preocupações dos programas de governo”.

### Portugal regressou aos mercados. O mais difícil já foi feito? O que é que falta fazer?

Foi muito importante ter garantido o acesso aos mercados no fim do programa de ajustamento. Mas será difícil manter no longo prazo a estabilidade das políticas que garantam os equilíbrios que nos são exigidos se os comportamentos dos princi-

pais actores políticos e institucionais não tiverem consciência disso. A cultura de gestão e de organização de uma economia de moeda forte como é o euro, exige uma disciplina que ainda não foi assimilada por muitos sectores da sociedade, da Administração Pública e do Estado.

### O que é que seria necessário fazer para se estabilizarem as finanças públicas e lançar o crescimento?

A estabilização das finanças públicas será tanto mais difícil quanto menor for o crescimento da economia, mas também não haverá cres-

cimento económico sustentado, sem a estabilidade das finanças públicas. Com uma dívida perto dos 130% do Produto, não existe margem de manobra para alavancar no Estado, o relançamento do crescimento. Este tem de ser provocado em boa parte, pelo sector privado nacional, pelo investimento europeu, dependente de decisões das instituições europeias que têm tardado, e por investimento directo estrangeiro, o que exige um programa ambicioso para atrair capital do exterior.

**Qual é sua visão dos empresários portugueses? E das empre-**

### sas portuguesas?

As empresas devem estar no centro das preocupações dos programas de governo. As reformas do Estado e da administração pública devem ser orientadas para estimular a criação e o desenvolvimento da actividade empresarial. A crónica dependência do Estado, em que tem vivido grande parte da sociedade portuguesa, atingiu os seus limites. A criação de mais riqueza, que garanta os níveis de bem-estar a que nos habituamos depende, cada vez mais da evolução do sector privado, da iniciativa dos empresários e da estabilidade das empresas. ■



**negócios digital**  
**negocios.pt**  
**e apps**



**EXCELLENS**  
**OECONOMIA**  
**Cerimónia de entrega de prémios, 25 de Junho de 2014, Pátio da Galé, Lisboa**  
Saiba mais em:  
<http://excellens.negocios.pt>